



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Exma. Senhora

Vereadora Rosângela Maria Alfenas de Andrade

Presidente da Câmara Municipal de Ubá

*Emendas*  
Aprovado por: *Ubaenses*  
Em 16 / 10 / 17  
*[Assinatura]*  
Vereadora - Rosângela Maria Alfenas de Andrade  
Presidente da Câmara

## EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 064/2017

*Acrescenta § 1º, 2º e 3º artigo 6º e § 4º ao artigo 19 e exclui o Parágrafo Único do Art. 15, do Projeto de Lei 064/2017*

Senhora Presidente,

De posse do Projeto de Lei em referência, a Vereadora signatária apresenta as seguintes emendas, acrescentando os seguintes dispositivos:

Art. 1º. **O artigo 6º passará a conter os seguintes parágrafos:**

§1º. *A proposta do empreendedor cultural deverá garantir a remuneração dos artistas participantes do projeto.*

§2º. *Os artistas apresentados pelo empreendedor cultural devem ser ubaenses naturais ou residentes, sendo permitida a participação de grupo, companhia, oficina, banda ou afim com membros de outras cidades desde que sejam compostos por maioria absoluta de ubaenses.*

§3º. *A Secretaria Municipal de Cultura oferecerá capacitação e suporte técnico aos produtores culturais interessados em apresentar projetos, com a devida publicidade, de forma a garantir a isonomia entre os participantes.*

Art. 2º. **O artigo 19 passará a conter o seguinte parágrafo:**

§4º. *A Comissão deverá basear sua apreciação de forma a garantir a diversidade de projetos, artistas e categorias, preservando o Princípio da Impessoalidade.*

Art. 3º *Fica excluído o Parágrafo Único do Art. 15.*



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Sem mais, esperando contar com o apoio dos nobres pares, firma.

Plenário “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, da Câmara Municipal de Ubá, aos 16 dias de outubro de 2017.

  
**Vereadora Jane Cristina Lacerda Pinto**

## Justificativa

As emendas têm como objetivo garantir a isonomia e a impessoalidade, sempre questionadas em nível nacional ( Lei Rouanet), por tratar-se de dinheiro do contribuinte e um valor expressivo para o caso de Ubá, pois 3% da previsão de arrecadação com o IPTU e o ISSQN, dívida ativa, juros e multas perfazem o valor –teto de R\$950mil reais, com R\$ 475 mil reais por semestre, conforme diz o projeto de Lei.

Outro ponto importante é a garantia de remuneração dos artistas, pois o trabalho voluntário, embora digno, no caso de incentivo à Cultura não se concilia com a necessária valorização destes artistas locais, que muitas vezes vivem de sua arte.

A exclusão do Parágrafo Único do Artigo 15, já comunicada à Secretaria de Cultura e obtida sua aceitação, deve-se ao fato de entrar em colisão com o Art. 71 da Instrução Normativa Nº 03/2012, relativa à Lei Estadual de Incentivo à Cultura, que veda a utilização de recursos do Fundo Municipal como contrapartida.

**Vereadora Jane Cristina Lacerda Pinto**

